

Grupos financeiros e organização da burguesia financeira no Brasil*

Ary Cesar Minella**

Uma das características do sistema financeiro do País nas últimas décadas é a manutenção e a diversificação de um conjunto de órgãos de representação de classe ao lado de uma expansão e consolidação de grandes grupos financeiros, que reúnem empresas atuando em diferentes setores da economia. Considerando-se as atividades multifacetadas que tais entidades de representação têm desenvolvido e a importância dos grupos financeiros na dinâmica atual do capitalismo no Brasil, parece relevante analisarmos a relação entre esses grupos e a direção desses órgãos de representação.

Nossa experiência na análise das entidades empresariais sugere que, para um entendimento da dinâmica desses órgãos, deve-se ter presente a hipótese que considera, além da possível participação ou vinculação que a sua direção tem com os grandes grupos econômicos e financeiros, a vinculação com órgãos de articulação interburguesa de caráter político-ideológico. Esses órgãos contam com a participação ou estão organicamente vinculados a integrantes das elites intelectuais e políticas, e sua abrangência é nacional e internacional.¹ Estabelecem uma

* O presente trabalho faz parte de um projeto integrado de pesquisa que conta com o apoio do CNPq. Participam do projeto os bolsistas Ana Maria de Medeiros, Andréia da Silva, Luís Cláudio Fernandes e Vanderci Ruschl.

** Doutor em Estudos Latino-Americanos, Professor do Departamento de Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da UFSC.

O autor agradece a Denise Gros os pertinentes comentários críticos à primeira versão deste trabalho.

¹ No caso específico do sistema financeiro, percebe-se a participação e/ou vinculação de importantes empresários em organismos de atuação político-ideológica, como, por exemplo, o Instituto Liberal. Aqui o conceito de "elites orgânicas" pode ser especialmente útil (DREIFUSS, 1986, p.21-31).

rede complexa de relações com organismos diversos de assessoria, consultoria e apoio técnico, nos âmbitos privado e universitário, bem como com órgãos da grande imprensa e aparatos estatais de decisão, o que lhes garante um enorme grau de influência nas definições das políticas que afetam o setor. Nessa perspectiva mais global, torna-se possível um melhor entendimento do poder da burguesia financeira no País.

Tendo presente essas considerações, o objetivo específico deste trabalho é examinarmos a relação entre os grupos financeiros e a direção das principais associações de classe que articulam interesses político-corporativos do empresariado financeiro no País, no período de 1989 a 1995. Essa relação foi pesquisada através da análise da composição das diretorias de nove órgãos de classe e do mapeamento das vinculações dessas diretorias com os grupos financeiros.

Como pano de fundo, apresentamos inicialmente um conjunto de tendências ou acontecimentos relevantes para uma análise do sistema financeiro a partir de uma perspectiva sócio-política: (a) ampliou-se a expansão dos grandes grupos financeiros para os diversos setores da economia, incluindo-se a participação no processo de privatização, bem como se incrementou o número de grupos econômicos que criaram ou consolidaram empresas no setor financeiro; (b) o processo de informatização e terceirização bancárias manteve seu curso, com impacto sobre a estrutura de emprego no setor; (c) apesar dos percalços dos diferentes planos econômicos, o sistema financeiro conseguiu compensar perdas, derivadas principalmente da queda do lucro inflacionário, e manter, em termos gerais, sua rentabilidade, favorecida pela manutenção de altas taxas de juros; (d) ao mesmo tempo, ficaram expostas, principalmente em 1995, as debilidades do sistema, tanto as relacionadas com o impacto originado do Plano Real, quanto as fragilidades históricas que revelaram operações fraudulentas, explicitando conivência de autoridades governamentais com instituições financeiras e colocando em xeque a atuação do Banco Central, que canalizou bilhões de reais através do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer)²;

² O estímulo estatal ao processo de fusão e incorporação de instituições de alguma forma reedita políticas adotadas pelos governos militares no final dos anos 60 e início da década de 70. Desenvolvemos uma análise mais detalhada desse processo em Minella (1988).

(e) o impacto e o custo político de tais medidas foram bastante altos e se traduziram dentre outros aspectos, na disputa em torno de uma CPI, afinal evitada pelo Governo, mas consolidando a percepção da sua relação privilegiada com o sistema financeiro; (f) a articulação de diversos interesses logrou bloquear qualquer avanço, durante os anos 90, na regulamentação do art. 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro;³ (g) a burguesia financeira no País tornou mais explícita no período uma intensa ação política, participando ativamente no financiamento de campanhas para o Congresso Nacional e para a Presidência da República em 1994;⁴ (h) além dessa participação eleitoral, manteve, em termos gerais, atuante um conjunto de órgãos de representação de classe, de cunho corporativo e político.⁵

Essas referências, por certo, não esgotam o quadro de tendências e de fatos relevantes no período, mas são suficientes para delimitar o contexto sócio-econômico em que se dá a relação que analisamos. A seguir, apresentamos uma caracterização dos grupos financeiros em estudo, para, em seguida, examinarmos a participação de seus representantes nas associações.

1 - Os grupos financeiros e sua expansão no contexto atual

Estudos recentes sobre a economia mundial e também sobre a América Latina e o Brasil em particular têm apontado a necessidade de se recuperar a análise dos grupos econômicos e, especialmente o que nos interessa aqui, dos grupos financeiros.⁶ Embora existam algumas divergências conceituais e

³ Para uma análise detalhada desse tema, ver Neiva (1995).

⁴ Os dados oficiais da contabilidade da campanha do candidato presidencial vitorioso, entregue ao Tribunal Superior Eleitoral em novembro de 1994, indicam que o segmento financeiro doou R\$ 7,700 milhões, ou seja, o equivalente a 23% do total declarado. Instituições financeiras de São Paulo foram também os grandes financiadores da campanha de Romeu Tuma ao Senado Federal.

⁵ Em trabalho anterior, apontamos outros aspectos relevantes para uma análise do sistema financeiro a partir de uma perspectiva sócio-política e fizemos um estudo mais detalhado do posicionamento adotado pelos líderes empresariais que assumiram o comando de alguns órgãos de representação de classe (MINELLA, 1994).

⁶ Ver, especialmente, Gonçalves (1991), Comin, Oliveira, *et al.* (1994), Granovetter (1994), Alcorta (1992), Portugal Júnior *et al.* (1994), Stolovich (1993).

dificuldades operacionais nos procedimentos empíricos de análise, em termos gerais têm-se destacado dois aspectos: primeiro, a importância dos grupos, tanto como agentes privilegiados das operações econômicas em esfera global quanto por sua influência ou potencial de influência direta e indireta nas políticas governamentais, e, segundo, seu papel no mundo do entretenimento e da cultura, constituindo-se como grandes artífices da cultura mundial neste final de século.⁷ Nos limites deste trabalho, não será possível recuperarmos a ampla discussão teórica levantada pelos autores que estão trabalhando esse tema.

No caso brasileiro, a retomada de estudos sobre os grupos econômicos leva-nos a uma melhor compreensão da dinâmica econômica e política nos anos recentes (COMIN et al., 1994). Em relação ao sistema financeiro brasileiro, parece-nos extremamente útil superarmos a análise que enfatiza apenas as empresas ou os segmentos financeiros e procurarmos identificar, de forma mais clara, a conformação de grupos financeiros, entendidos aqui, de forma mais genérica, como um grupo de empresas onde participa uma instituição financeira.⁸

Os dados recentes indicam uma forte e crescente presença dos grupos financeiros — nos limites aqui apontados — entre as primeiras posições na classificação global dos 300 maiores grupos privados do País. Em termos gerais, essa expansão pode ser constatada se levarmos em conta o crescimento do número de grupos privados nacionais que operam em atividades financeiras (incluídas as atividades de seguro) entre os 300 maiores grupos privados no período de 1987 a 1994, que passou de 54 para 75.

Ao considerarmos os anos de 1987 e 1994 e apenas os grupos em que as atividades financeiras são predominantes, constatamos uma presença significativa e estável no período: cerca de cinco grupos financeiros entre os 10 maiores grupos privados, oito entre os 20 maiores e 14 entre os 40 maiores grupos privados no País. Porém, de forma mais ampla, incluindo-se também

⁷ Ver, especialmente, Ortiz (1994, p.147-182) e Schiller (1989).

⁸ É importante constatar que algumas publicações tratam de recuperar essa dimensão de grupo quando elaboram o *ranking* empresarial no País (como **Relatório Anual da Gazeta Mercantil**) ou quando buscam identificar a complexa rede de participações acionárias dos maiores grupos do País (como, por exemplo, Atlas Financeiro do Brasil, da Editora Interinvest).

os grupos onde as atividades no setor financeiro não são predominantes, observamos uma nítida expansão no período: teríamos um aumento de nove grupos financeiros para 13 entre os 20 maiores grupos privados e de 16 para 21 entre os 40 maiores. Assim, em 1994 mais da metade dos 40 maiores grupos privados nacionais integravam, em graus diversos de relevância, empresas em atividades financeiras dentro do grupo.

Tendo em vista nosso interesse particular, duas questões impõem-se: considerando-se o *ranking* dos grandes bancos, quantos estariam vinculados aos maiores grupos privados nacionais? Quantos bancos, mesmo os de pequeno e médio portes, estariam integrados a grupos incluídos entre os maiores (conforme classificação do **Relatório Anual da Gazeta Mercantil**)? Em 1987, apenas dois bancos entre os 10 maiores não estão vinculados a grandes grupos privados nacionais classificados entre os 40 maiores. Em 1991 e 1994, todos os bancos incluídos entre os 10 maiores se vinculavam aos grupos classificados entre os 40 maiores.⁹ Portanto, a análise sobre os agentes que atuam dentro do sistema financeiro brasileiro, seja do ponto de vista da atuação econômica, seja da perspectiva da atuação no âmbito da representação de interesses corporativos e políticos, deve levar em conta essa dimensão dos grupos financeiros.

2 - Órgãos de representação de classe: breve histórico e tendências

As associações empresariais que representam os diversos segmentos do sistema financeiro foram se constituindo ao longo dos últimos 30 anos. Entre as mais antigas, estão a Associação das Empresas Distribuidoras de Valores (Adeval), criada em 1965, e a Associação Nacional das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), em 1966. A Federação Nacional dos

⁹ Em 1991 e 1994, o **Relatório Anual da Gazeta Mercantil** (1991, 1994) classificou os bancos privados em quatro categorias: "comerciais privados nacionais", "estrangeiros", "múltiplos privados" e "múltiplos estrangeiros". Para podermos comparar com os resultados de 1987, agrupamos essas categorias de bancos, mantendo o mesmo critério adotado para a classificação no *ranking* (depósitos totais e obtendo o seguinte resultado: três bancos múltiplos privados saíram da lista dos 10 primeiros e incluíam-se um banco comercial nacional, um estrangeiro e um múltiplo estrangeiro.

Bancos (Fenaban), de caráter sindical, e a Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban), de caráter civil, constituíram-se, respectivamente, em 1966 e 1967. Seguiu-se, em 1969, a criação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento (ANBID).

Nos anos 70, proliferaram várias entidades de representação: a Associação Brasileira das Empresas de *Leasing* (ABEL), em 1970; a Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA)¹⁰, em 1971; e a Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias (Ancor), em 1972.

Durante os anos 80, o movimento associativo da burguesia financeira no Brasil apresentou duas tendências, em parte contrapostas. A primeira, em direção a uma maior articulação e centralização formal da representação, começando pelos bancos, através da fusão prática das duas federações (Fenaban e Febraban) em 1983, estabelecendo uma sede única em São Paulo a partir de 1986. Seguiu-se a constituição da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) em 1985, reunindo as entidades associativas dos diversos segmentos do sistema financeiro.¹¹

A segunda tendência caracterizou-se pela criação de novas entidades agregadoras dos bancos, que buscam uma representação específica dentro do sistema financeiro. Em parte, esse movimento implicou um questionamento das entidades federativas dos bancos, criando uma velada disputa pela representação. Assim, entre os pequenos e os médios bancos, articulou-se, em 1983, a criação da Associação Brasileira dos Bancos Comerciais (ABBC). Posteriormente, os bancos múltiplos foram incluídos na representação, e a denominação da entidade passou a ser Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Múltiplos (mantendo a mesma sigla). Alguns bancos estrangeiros organizaram um movimento paralelo, criando sua própria entidade em 1988: a Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI).¹² Em resposta a tais

¹⁰ Criada em junho de 1971 sob a denominação de Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições do Mercado Aberto, passando, em 1975, para a atual denominação. São associados da ANDIMA: bancos comerciais, múltiplos e de investimento, sociedades corretoras e distribuidoras de valores.

¹¹ Para mais detalhes acerca da constituição da CNF, ver Minella (1994, p.512).

¹² A Associação define bancos internacionais de forma bastante ampla, a partir de algum tipo de implantação no Exterior, permitindo, em princípio, a participação de muitas entidades financeiras nacionais.

movimentos “dissidentes”, as federações de bancos trataram de agilizar diretorias internas, que se encarregaram exatamente dos interesses dos pequenos e médios bancos, assim como dos bancos estrangeiros.

No segmento das financeiras, que se caracterizou historicamente pela existência de um grande número de instituições independentes ao lado daquelas vinculadas aos grandes conglomerados financeiros e pela existência, ainda, de várias associações regionais de peso, foi mais difícil se constituir uma associação de âmbito nacional. Apenas em 1989, formou-se a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ANFIC), mas que acabou extinta em agosto de 1993, passando a representação para a Acrefi, com a mesma denominação.

No final dos anos 80, portanto, a burguesia financeira do País contava com uma variada gama de entidades de representação. Ao mesmo tempo, o sistema financeiro passava por transformações institucionais importantes, pela possibilidade de criação dos bancos múltiplos e pela eliminação da carta patente, o que gerou, a partir de 1989, o crescimento do número de instituições bancárias atuando dentro do sistema,¹³ alargando a presença de pequenos e médios bancos e permitindo a expansão de grupos econômicos para atividades financeiras diretas, como os dados mencionados anteriormente registram. Essa expansão se realizou em parte, associada à participação de capitais internacionais, e o processo de abertura econômica desencadeado nos anos 90 intensificou a pressão por uma maior participação externa em segmentos controlados por instituições financeiras nacionais. No segmento de atuação das corretoras, por exemplo, foi nítida uma agressiva participação das grandes corretoras internacionais dentro do processo de globalização do sistema financeiro.¹⁴

Desenvolvendo-se em um contexto econômico inflacionário, essa expansão financeira ganhou fôlego até a implantação do Plano Real, vislumbrando-se, a partir daí, um redimensionamento do sistema, com diminuição do número de instituições financeiras. Durante os anos 90, no entanto, observamos o

¹³ O número de bancos aumentou de 106 para 179 entre 1988 e o final de 1989, dos quais 66 eram comerciais e 113 bancos múltiplos. Em 1995, o número de bancos já era de 240, sendo 35 comerciais e 205 múltiplos (B. BACEN, 1995, 1996, p.48).

¹⁴ Em 1966, o Presidente da ANCOR demandou proteção para as Sociedades Corretoras, pois estariam sofrendo uma “(...) concorrência descabida das gigantes e poderosas congêneres internacionais” (AMARAL JÚNIOR, 1996, p.1). Para mais detalhes das transformações nas Bolsas de Valores no período, ver Gonçalves (1996, p.141).

fortalecimento de algumas instituições mais ágeis, no sentido de operarem em um sistema financeiro globalizado, otimizando a rede de contatos externos e o uso de novos instrumentos de engenharia financeira, incluindo derivativos, operando no gerenciamento de recursos internos e externos e nas oportunidades geradas pelo processo de privatização. Neste último, a participação dá-se tanto pela compra direta, utilizando as chamadas “moedas podres”, como pelas comissões de intermediação no processo. Trata-se, também, de instituições ativas em termos de processos de participação ou controle acionário de empresas de porte dentro do País, competindo, ainda, nesse terreno, com os grupos financeiros tradicionais. Vai-se constituindo, assim, um “novo” tipo de banqueiro.

Um indicador desse processo manifesta-se no *ranking* das instituições financeiras com maior rentabilidade ao longo dos anos 90. Em termos gerais, elas se caracterizam por atuarem no “atacado” com grandes clientes, seja pessoa física, seja jurídica. Um indicador adicional dessa transformação é o resultado das eleições dos líderes nacionais realizados pela **Gazeta Mercantil**. A presença de líderes de instituições tradicionais do sistema (como Bradesco, Itaú e Bamerindus) complementa-se com a de empresários cujas instituições se consolidaram em anos recentes.¹⁵ A indicação dos líderes setoriais do setor financeiro expressa de forma mais nítida essa transformação. Ao lado dos empresários e das empresas tradicionalmente consagradas (Itaú, Bradesco, Bamerindus, Unibanco), aparecem novas indicações a partir de 1993, dando conta da ascensão desses “novos” empresários financeiros.¹⁶

Esse fenômeno também se manifestou na renovação da direção de alguns órgãos associativos, por exemplo, na ABBC, a partir de 1993, com a participação de bancos como: United, Prosper (grupo Peixoto de Castro, um dos 30 maiores grupos do País), Pontual (Grupo Empesca), Paulista e Excel.

Em termos gerais, portanto, emergem novos elementos dentro da burguesia financeira, que, aos poucos, parecem se destacar no cenário econômico e político

¹⁵ O Grupo Itamarati (com banco do mesmo nome) a partir de 1988 e a presença de um empresário do Banco Garantia entre os eleitos de 1994. É importante observarmos que, na eleição de 1995, houve uma renovação total dos 10 eleitos, não se incluindo nenhum empresário do sistema financeiro (Bal. Anual G. Merc. 1995/96, 1995).

¹⁶ Em 1993 e 1994, foram indicados empresários das seguintes instituições financeiras: Pactual, Banorte, Garantia, Icatu.

dos anos 90. Parte desses novos elementos se formou pela associação de empresários que transitaram pelos órgãos estatais de decisão econômico-financeira (especialmente o Banco Central), com capitais locais e externos, ávidos pelas oportunidades de alta rentabilidade auferidas no sistema financeiro do País.¹⁷

As transformações ocorridas no sistema nos últimos sete anos poderiam sugerir que os órgãos de representação dos diversos segmentos do sistema financeiro perderiam espaço de representatividade, dando margem ao fortalecimento de órgãos formalmente mais centralizados. Ao que parece, isso não ocorreu. As associações de cada segmento, em termos gerais, não só mantiveram sua estrutura e atividades como as expandiram.¹⁸ Uma apreciação mais adequada do verdadeiro grau de articulação do setor em torno de sua entidade representativa principal — a CNF — carece ainda de uma pesquisa mais aprofundada. Apresentamos aqui alguns elementos empíricos que devem contribuir para essa discussão.

Para avançarmos a análise nesse campo, partimos da composição da diretoria de nove entidades de representação do setor, abrangendo o período de 1989 a 1995, para identificarmos a participação dos membros da diretoria não apenas por instituição financeira, mas, também, pelo grupo financeiro.¹⁹ Nesse sentido, buscamos verificar o grau de envolvimento das instituições financeiras ou dos grupos, enfatizando a participação de três ou mais entidades de classe, assim como a existência de um eventual padrão de participação dos grupos financeiros no conjunto de órgãos de representação.²⁰

¹⁷ Dados levantados por Neiva (1995) permitem identificar algumas dessas associações.

¹⁸ Podemos tomar como indicadores: manutenção de equipes técnicas especializadas; publicações específicas; ampliação física de infra-estrutura espacial e de serviços; e interesse dos grandes grupos financeiros em participarem da direção dessas entidades.

¹⁹ Associações incluídas na análise: CNF e as associações que a integram — ANDIMA, Ancor, ABEL, ACREFI, Fenaban/Febraban (por falta de dados não foram incluídas duas associações, a ABECIP e a ANBID). A representação das financeiras junto à CNF deu-se, inicialmente, através da ANFIC e, com a extinção desta, através da ACREFI, a partir de 1993. Além dessas entidades, incluímos a ABBC e a ABBI. Os cargos considerados foram os de presidente, vice-presidente e diretores (não foram incluídos diretores regionais). À parte aquelas vinculações mais visíveis, o levantamento de dados permitiu, na grande maioria dos casos, reagrupar as empresas pelo grupo a que pertencem.

²⁰ Nesta etapa do trabalho, limitamo-nos a registrar unicamente a participação no órgão de classe, sem considerarmos o número de gestões em que se deu a participação.

Registramos inicialmente a participação individual de cada empresa na direção de um órgão de representação, sem, portanto, considerarmos as possíveis relações dessas empresas com grupos financeiros, chegando a um total de 188 participações nos nove órgãos de classe mencionados. Em outros termos, de forma isolada, poderíamos concluir que 188 empresas teriam participado na direção dos órgãos de representação.

Porém, quando consideramos a participação na direção de um órgão de classe agrupando as empresas que pertencem a um mesmo grupo, e, assim, registrando apenas a participação do grupo, aquele total (188) se reduz para 116 participações. Em outros termos, 116 grupos e/ou empresas participaram na direção dos órgãos no período, constatando-se, conseqüentemente, um número considerável de empresas participantes que pertencem a um mesmo grupo.²¹

A partir daí, buscamos estabelecer o grau de envolvimento, considerando o número total de órgãos nos quais um grupo ou empresa participou. Os resultados obtidos foram os seguintes: quatro grupos financeiros participaram em **cinco** órgãos de representação; seis grupos ou empresas participaram na direção de **quatro** órgãos; 10 grupos ou empresas integraram-se à direção de **três** órgãos. Em conjunto, portanto, esses 20 grupos financeiros e/ou empresas (que representam 17% do total dos grupos e empresas) ocuparam em torno de 40% das participações totais (188) durante o período.

Entre os 20 grupos financeiros com maior grau de participação nas entidades de classe, pelo menos 16 estão incluídos²² entre os 300 maiores grupos privados nacionais e os maiores estrangeiros, segundo a classificação da **Gazeta Mercantil**.

Com menor grau de participação (duas entidades de representação), identificamos 18 grupos ou empresas, dos quais pelo menos nove estão entre

²¹ Excluídos quatro casos em que não foi possível identificarmos a instituição financeira à qual o membro da diretoria estava vinculado.

²² Os grupos são os seguintes, com a respectiva posição na classificação dos grupos privados nacionais ou estrangeiros: Bamerindus (13), Bradesco (3), Finasa (28), Citicorp (17), todos com participação em cinco órgãos de representação; Bank of Boston, Bozano Simonsen (25), Crédito Nacional (BCN) (33), Itaú (2), Noroeste (47), com participação em quatro órgãos; Antônio de Queiroz (280), Banorte (94), Cacique (260), Econômico (21), Itamarati (20), Safra (42), Unibanco (19), com participação em três órgãos. Classificação dos grupos conforme **Relatório Anual 1995/96, da Gazeta Mercantil**. Em relação a quatro empresas, não foi possível obtermos dados confiáveis de identificação do grupo (em três casos), e outra se constituiu em caso particular de liderança, sem vinculação aparente um com grande grupo empresarial (Empresa Theca, historicamente na presidência da Adeval, com participação também na diretoria da Acor e da CNF).

os 300 maiores nacionais e três entre os maiores estrangeiros.²³ Por fim, verifica-se um conjunto de 78 empresas ou grupos, cuja participação se restringiu a uma entidade de classe.

Constatamos que os 20 grupos e empresas mais ativos ocuparam 13 vezes a presidência das entidades de classe. Em termos gerais, portanto, observamos que os grupos financeiros, e especialmente os de maior porte, têm desenvolvido uma política de ativa participação nos órgãos de representação do sistema financeiro brasileiro. Além disso, alguns grupos financeiros (quatro em especial)²⁴ se caracterizaram pelo trânsito de seus quadros diretivos para o comando de aparatos de decisão do Estado, principalmente relacionados com a área econômico-financeira (Ministérios, Conselho Monetário Nacional, Banco Central e instituições financeiras estatais). Notamos, ainda, que a presença dos mesmos foi especialmente significativa em entidades como a Febraban e a ABEL (arrendamento mercantil), onde o grau de concentração a favor dos grandes grupos se apresentou elevado.²⁵ É importante destacarmos a presença dos grupos estrangeiros entre os mais ativos, ampliando sua participação para além de sua própria associação (ABBI).

Analisando o conjunto das participações pela perspectiva da renovação nos quadros de direção, verificamos situações bastante diferenciadas. Por um lado, em algumas associações, os mesmos grupos e/ou empresas mantiveram-se na direção, com nenhuma renovação significativa no período (o exemplo mais evidente é o da Adeval e, em menor grau, o da ABEL, que ampliou o quadro diretivo entre 1991 e 1993, mas enxugou novamente a partir de 1994); por outro, pelo menos num caso de associação, percebemos uma renovação significativa, como foi o caso da ABBC a partir de 1993, em parte expressando o incremento do número de pequenos e médios bancos durante o período.²⁶

²³ Dentre os nacionais, destacam-se: Camargo Corrêa (Banco Geral do Comércio) (4), Real (16), Nacional (22), Bandeirantes (46), América do Sul (48), Multiplic (71); e dentre os estrangeiros: Autolatina (1), Sudameris (25) e Lloyds (28).

²⁴ Bamerindus, Bradesco, Econômico, e Unibanco. Para mais detalhes sobre o trânsito de autoridades governamentais e o setor financeiro privado, tanto antes como depois de ocuparem os postos do aparato estatal, ver o levantamento recente de Neiva (1995, p.72-73).

²⁵ Em janeiro de 1996, 10 empresas de *leasing* em um total de 63, controlavam 60% do valor da carteira e dos contratos ativos. As 20 maiores controlavam 80% desse mesmo valor (Leasing Not., 1996, encarte interno).

²⁶ Oito bancos sem participação anterior integram a diretoria que assumiu em 1993, incluindo alguns dos "novos" banqueiros surgidos a partir de 1989.

Mesmo que, nos limites deste trabalho, não seja possível analisar a ação efetiva dos grupos financeiros nas entidades de classe, os dados apontados sinalizam claramente a existência de um amplo potencial de ação coordenada global na participação em associações segmentadas de representação, além de alguns deles estarem em posição privilegiada no processo de interlocução com as agências estatais estratégicas de definição de políticas econômico-financeiras.

A expansão do sistema financeiro define uma pauta muito diversificada de temas, que é tratada de forma exclusiva ou preferencial pelos órgãos específicos de representação. A diversificação crescente de instrumentos financeiros e as alterações da participação relativa de cada um deles no montante global das operações financeiras, ao mesmo tempo em que criam novas oportunidades de acumulação, tendem a gerar novas tensões nos interesses dos grupos e empresas que operam nos diversos segmentos do sistema financeiro. Isso se reflete no plano institucional-regulatório (Conselho Monetário Nacional e Banco Central) pela necessidade de regulamentar o volume e as condições operacionais desses instrumentos em um contexto de globalização financeira. A agenda de decisões pontuais sobre o sistema sobrecarrega-se, e sobre elas as diferentes entidades de classe do sistema financeiro concentram sua pressão.²⁷

²⁷ Somente em 1995, discutiram-se, no âmbito das Resoluções do CMN, por exemplo, questões que envolvem operações já consolidadas no mercado brasileiro (como *leasing* e as contínuas alterações de seu âmbito de operação em 1995 — Resolução nº 2.142, de 22.02.95, alterada pela Resolução nº 2.195, de 31.08.95); operações com contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega ou prestação futura (Resolução nº 2.143, de 22.02.95); operações de *factoring* (Resolução nº 2.144, de 22.02.95, do CMN); realização no mercado de balcão de operações com *warrants* (opções não padronizadas) (Resolução nº 2.149, de 29.03.95, do CMN); financiamento de projetos empreendidos por empresas estrangeiras pelos Bancos de Desenvolvimento (Resolução nº 2.152, de 27.04.95); captação de recursos no mercado externo para financiamento imobiliário (Resolução nº 2.170, de 30.06.95); constituição e funcionamento de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento (Resolução nº 2.183, de 21.07.95); alterações nos regulamentos que disciplinam as Sociedades de Investimento e Fundos de Investimento de capital estrangeiro (Resolução nº 2.188, de 10.08.95); alterações nos direcionamentos dos recursos captados dentro do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (Resolução nº 2.190, de 23.08.95); normas para interveniência de sociedades corretoras em operação de câmbio (Resolução nº 2.202, de 27.09.95); financiamento através do cartão de crédito (Resolução nº 2.216, de 29.11.95), além das resoluções relacionadas com o Proer (B. BACEN, 1995, 1996, p.183-209, 1995, vol.32, 1996, pp.1830-209).

A manutenção de entidades de representação — com significativa presença ou influência dos grandes grupos financeiros — nos diversos segmentos do sistema financeiro parece permitir uma estratégia de ação diferenciada e específica na relação com o Estado, absorvendo as tensões próprias de cada segmento, devido ao diversificado grau de concentração, à existência de um número maior ou menor de empresas não diretamente vinculadas a grupos financeiros, e a uma exposição diferenciada ao processo de globalização financeira em curso. As entidades mais centralizadas, portanto, não sofreriam o desgaste e o ônus de pleitos mais específicos, reservando-se para si as questões mais gerais relacionadas com o sistema financeiro e a atuação política mais ampla.

Bibliografia

- ALCORTA, Ludovico (1992). **El nuevo capital financeiro: grupos financeiros y ganancias sistémicas en el Perú**. Lima: Fundación Friedrich Ebert.
- AMARAL JÚNIOR, Homero (1996). Corretoras estrangeiras competição desigual. **Carta da ANCOR**, v.10, n.21, p.1, mar.
- ATLAS FINANCEIRO DO BRASIL (1992). Rio de Janeiro: Interinvest.
- BALANÇO ANUAL DA GAZETA MERCANTIL 1995/96 (1995). São Paulo: Gazeta Mercantil.
- COMIN, Alexandre, OLIVEIRA, Francisco de et al. (1994). “Crise e concentração: quem é quem na indústria de São Paulo”. **Novos Estudos CEBRAP**, n.39, p.149-171, jul.
- DOCUMENTOS diversos dos órgãos de representação de classe do sistema financeiro.
- DREIFUSS, René (1986). **A internacional capitalista**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- GONÇALVES, Reinaldo (1991). Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro: FGV, v.45, n.4, p.491-518.
- GONÇALVES, Reinaldo (1996). Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira. In: BAUMANN, Renato, org. **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus/ SOBBEET. p.158-162.

- GRANOVETTER, Mark (1994). Business groups. In: SMELSER, Neil J., SWEDBERG, Richard, eds. **The handbook of economic sociology**. Princeton, Nj: Princeton University. p.453-475.
- LEASING EM NOTÍCIAS (1996). v.18, n.136, mar. (Encarte interno)
- MINELLA, Ary (1988). **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ ANPOCS.
- MINELLA, Ary (1994). O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.15, n.2, p.505-546.
- MINELLA, Ary C. (1996). **Bancos de dados**. (Particular).
- NEIVA, Pedro P. (1995). **Estrutura de poder e processo decisório na regulação do sistema financeiro nacional: uma proposta de análise sob a perspectiva da não-decisão**. Brasília: UnB/ Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais. (Dissertação)
- ORTIZ, Renato (1994). **Mundialização e cultura**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense.
- PORTUGAL JÚNIOR, J. G. et al. (1994). **Grupos econômicos expressão institucional da unidade empresarial contemporânea**. São Paulo: IESP/ FUNDAP. (Estudos de economia do setor público 2).
- RELATÓRIO ANUAL DA GAZETA MERCANTIL (1987-1995/96). São Paulo: Gazeta Mercantil.
- RELATÓRIO ANUAL DA GAZETA MERCANTIL (1991,1994). São Paulo: Gazeta Mercantil.
- RELATÓRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL 1995 (1996). Brasília, v.32.
- SCHILLER, Herbert (1989). **Culture Inc. the corporate takeover of public expression**. New York: Oxford University.
- STOLOVICH, Luís (1993). **El poder economico en el Mercosur**. Montevideo: Centro Uruguay Independente.
- ZINI JÚNIOR, Álvaro A. (1996). Política cambial com liberdade de cambio. In: BAUMANN, Renato, org. **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus/ SOBBEET. p.109-131.

Abstract

This text analyzes the relationship between financial groups and the leadership of the main representative organizations of this class which expressed the political-corporatist interests of financial leaders in the country from 1989 to 1995. This relationship was studied through an analysis of the composition of the directories of nine financial sector representative organizations and the cherting of their links with the officers of financial groups. An expansion of the role of these groups and of their significant presence in the leadership of the organizations analyzed was found.